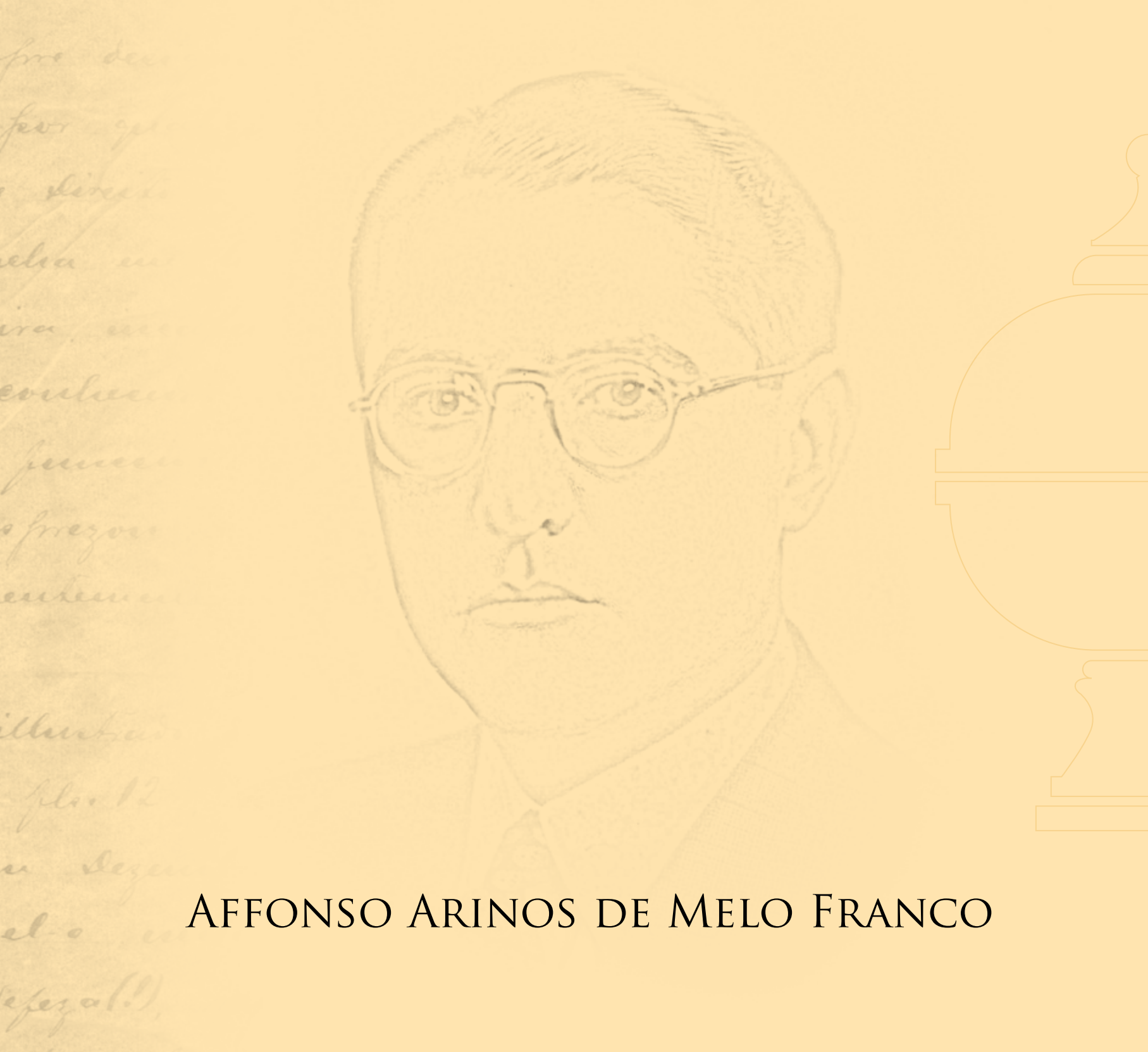




AFFONSO ARINOS DE MELO FRANCO



Affonso Arinos de Melo Franco

AFFONSO ARINOS DE MELO FRANCO

1905 – 1990



Estava no meu quarto, conversando com Roberto Mendes Pimentel, que viera me fazer uma visita.

Bateram à porta e, quando abri, deparei com o velho Lira, oficial de justiça da 2ª Vara, que me entregou um processo, fez-me assinar um livro de carga e retirou-se sorrindo, um sorriso ao mesmo tempo afável e malicioso. Folheei o processo. Li e reli o lacônico despacho do juiz: 'vista ao Dr. Promotor de Justiça'.

Não se tratava de crime, mas de uma controvérsia a respeito do pátrio poder sobre um menor, sendo de se observar que, naquele tempo, o promotor de Belo Horizonte acumulava as funções de curador de menores.

Virei e revirei as páginas e olhei perplexo para Roberto, que fumava em silêncio. Afinal confessei minha ignorância. Não era crime, não se tratava de inquérito nem de denúncia, era um negócio de menores, questão cível, era o diabo... Eu só tinha o Código de Processo Penal (naquele tempo estadual); faltava-me o de Processo Civil. Precisava ir à biblioteca da Relação, ver quantos dias eu tinha de prazo para o despacho, depois estudar o que deveria responder...

Afinal pedi francamente a Roberto que me ajudasse. Ele era bacharel mais velho, advogava com o pai ilustre; que me aconselhava?

Roberto refletiu um instante e logo sentenciou: ‘Olhe Afonso, nesses casos você mete um ciente e devolve o troço. Ciente não faz mal a ninguém...’

Quando Roberto saiu eu chorei, escondendo o rosto no travesseiro. (FRANCO, 1961, p. 195-196).

O início da carreira profissional na Promotoria de Belo Horizonte não foi de fácil adaptação para o então jovem de vinte e um anos, que, entre idas e vindas, acompanhando a vida política do pai, residindo ora na Europa, ora no Rio de Janeiro, voltou a Belo Horizonte noivo de Ana, a quem conhecera em um baile na cidade de Petrópolis. A tristeza da separação foi compensada pelo empenho em se fazer respeitar, superando o fato de sua nomeação para o cargo ter-se dado pouco tempo antes da formatura e de estar envolta com acontecimentos políticos relativos à sucessão na presidência da República. Seu pai, Afrânio de Melo Franco, era um dos líderes do governo do Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que, pelos moldes da política republicana de então, aspirava ao Palácio do Catete. Naquela época, era notório o dissídio entre Antônio Carlos e Washington Luiz, e o assunto da nomeação de um bacharel “novato e obscuro” (FRANCO, 1961, p. 192) para a Promotoria de Justiça da capital foi amplamente explorado pela imprensa política opositora a Antônio Carlos.

MINAS GERAES

ORGÃO OFFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

Estereotipado e impresso em máquinas rotativas da Marinoni

ANNO XXXVI

ASSIGNATURA

ANNO 368000
SEMESTRE 183000

BELLO HORIZONTE

Domingo, 21 de Agosto de 1927
REDACÇÃO: AVENIDA PAZ AOPERA N 213

VENDA AVULSA

NUMERO DO DIA 200 RÉIS
NUMERO ATRAZADO 300 RÉIS

N. 195

GOVERNO DO ESTADO

DECRETO N. 7.824 (*)

Concede terrenos do Estado nos municípios de Itamarandiba e Pechanha para exploração de mica e pedras coradas

O Presidente do Estado de Minas Geraes, de accordo com o disposto no artigo 18, da lei 857, de 31 de outubro de 1923, resolve conceder ao sr. Arthur Marschner cem (100) hectares de terrenos do Estado, divididos em seis (6) lotes, sendo um de trinta (30) hectares, situado na serra dos Ferreiros, no ribeirão dos Ferreiros, em terrenos ocupados por Deolindo Ferreira da Silva, outro de dez (10) hectares, situado nas margens do correjo da Cachoeira, afluente do ribeirão do Onça, em terrenos ocupados por Leonardo Christino; outro de vinte (20) hectares, às margens do correjo do Pontal, em terrenos também ocupados por Leonardo Christino; outro de dez (10) hectares, situado no Solanta, afluente do ribeirão dos Ferreiros, perto do Morro Redondo, em terrenos ocupados por Henrique Julio Magalhães, estando situados todos esses lotes no distrito de Figueira do Rio Doce, município de Pechanha; outro de vinte (20) hectares na fazenda em commun "São Pedro", nas margens do correjo deste nome, afluente do rio Itamarandiba do Matto, em terrenos ocupados por Pedro Lobo, e outro de dez (10) hectares, situado na mesma fazenda e distante 3 kilometros do precedente citado, ambos situados no município de Itamarandiba, para explorar mica e pedras coradas.

Fica o Secretario de Estado dos Negocios de Agricultura, Industria, Terras, Viação e Obras Publicas autorizado a celebrar o respectivo contracto, observadas as disposições da citada lei 857, de 31 de outubro de 1923, e as condições especialmente estatuidas por accordo prévio entre as partes interessadas no mesmo contracto.

Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, 8 de agosto de 1927.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE AVERADA.
Djalma Pinheiro Chagas.

Em data de hontem foram assignados os seguintes decretos:

Nomeando:

o bacharel Affonso Arinos de Mello Franco Sobrinho para o cargo de promotor de justiça da 2.ª vara da comarca de Bello Horizonte;
engenheiro chefe do distrito de Terras da Secretaria da Agricultura, Moacyr Paletta de Cerqueira Lage;
professora da escola feminina, noturna, annexa ao Lyceu de Artes e Officinas da cidade de Ouro Preto, a normalista Maria de Paula;
adjuncta do grupo escolar de Diamantina, a normalista Francisca da Motta Cesar;
idem, do Jardim da Infancia Delfim Moreira, desta Capital, a normalista Maria Isabel Pechanha;
idem, da escola mista de São Julião, no município de Ouro Preto, a normalista Adalgisa Junqueira Ferreira.

Concedendo seis mezes de licença para tratar de negocios, sem vencimentos, ao engenheiro auxiliar da 2.ª Divisão da Estrada de Ferro Paracatu, Tasso Benjamin da Motta.

Por despacho de hontem foi approvada a medição feita pelo antigo 1.º distrito de Terras, de uma posse de terras denominada "São Joaquim", situada à margem direita do rio José Pedro, distrito e município do mesmo nome, para o fim de ser expedido o título de legitimação requerido por Gabriel Alves Rodrigues;

idem, idem, de uma posse de terras denominada "Boa Vista", situada às margens do ribeirão Rubim das Pedras, distrito de Rubim, no município de Joazeiro, para o fim de ser expedido o título de legitimação requerido por Manoel Gomes de Siqueira.

SECRETARIA DO INTERIOR

Foram expedidos os seguintes

João Silverio Dias Fernandes. — Em nome do sr. Secretario, á Secretaria das Finanças.

Maria José Fernandes. — Faça-se o expediente.

Odelina Caetano de Mello. — Em nome do sr. Secretario, á Secretaria das Finanças.

Alice Maria da Conceição. — Tolerar-se a ausencia.

Amelia Vieira Furtado. — Venha com a informação do inspector escolar e indicação de substituta idonea.

Maria de Lourdes Jesus. — Faça reconhecer a firma do attestado e indique substituta idonea e volte com a informação do inspector escolar.

Jordelina Vasco. — Faça indicação de substituta idonea e volte, querendo.

Antonietta Lopes da Silva Pereira. — Aguarde-se a instalação do distrito, devendo a peticionaria apostillar seu titulo, em virtude da mesma.

Iolanda Abdalla. — Remetta-se. Carmen de Campos Cordeiro. — Lavre o titulo.

Maria de Lourdes Oliveira. — Faça-se o expediente.

Esmeraldina Luzia Barroso Silva. — Como requer.

Luciano Cardoso de Sousa. — Lavre a portaria.

Barbara Ribeiro de Moura. — Faça reconhecer a firma pelo escrivão de paz de Cantagallo.

Sexta secção

Requerimentos despachados:

Ernestina da Silva Lopes. — Em nome do sr. Secretario, á Secretaria das Finanças.

Maria do Céu Gomes. — Identifico despacho.

Hilda Araujo. — Idem.

Maria Antonia Alves de Vilhena. — Dirija-se á Secretaria das Finanças.

Carolina Orilo. — Deferido.

Julia Silveira Martins. — Dirija-se á Secretaria das Finanças.

João Maciel. — Lavre-se titulo especial.

Maria Candida Dias. — A' procedencia.

Ercilia de Sousa. — Deferido.

Maria Gabriella d'Escobar. — Justifico.

Baptistina Carvalho Moreira. — A' directoria do grupo, para informar em que data a requerente entrou em exercicio.

Domicilia de Oliveira Machado. — A' informação do inspector escolar.

de 2525500, a d. Maria Augusta, em julho;

de 210420, a d. Stella Celeste Villela de Vilhena, idem;

de 4964584, a d. Anna Elisa Campos, de 17 de junho a 15 de agosto;

de 2194036, a d. Odette de Oliveira Marques, em julho;

de 2525500, a d. Ottilia Macedo, idem;

de 2441084, a d. Mathilde de Avelar Marques, idem;

de 1304000, a d. Sebastiana Maia, idem.

Oitava secção

Expediente: dia 28 de julho

Foram expedidos os seguintes officios:

Ao inspector regional do ensino da 6.ª circumscripção, recomendando uma averiguação.

Ao inspector regional do ensino da 23.ª circumscripção, idem.

Ao inspector regional do ensino da 27.ª circumscripção, fazendo uma recomendação.

Ao director do grupo escolar de São Thiago, município de Bom Sucesso, comunicando a impressão do regional.

A' professora de Serrania, município de Alfenas, idem.

A' professora de Conceição de Rio Acima, município de Santa Barbara, dando conselhos.

A' professora de Conceição, município de São Domingos do Prata, idem.

Dia 29

Ao inspector regional do ensino da 3.ª circumscripção, fazendo uma recomendação.

Ao inspector regional do ensino da 10.ª circumscripção, encarregando de uma verificação.

Ao inspector regional do ensino da 25.ª circumscripção, idem.

A' professora de Bom Jesus da Penha, município de Nova Resende, dando conselhos.

A' professora de Maripá, município de Guarará, comunicando a impressão do regional.

A' professora de Serrania, município de Alfenas, idem.

A' professora particular no mesmo logar, d. Fausta Magalhães Alves, idem.

A's professoras de Itamaraty, município de Cataguazes, idem.

Força Publica

Departamento Administrativo

Expediente: dia 20 de agosto

Requerimentos despachados:

2.º tenente José Furtado de Moraes. — Deferido. Communique-se.

Cabo Pedro Pereira da Silva. — Sim, na unidade a que pertence.

Cabo Lourenço Alves da Rocha. — Aguarde oportunidade.

Anspessada Jovelino Fernandes de Souza. — Deferido, nos termos da informação do commando do 1.º batalhão.

Soldados Cassimiro de Carvalho e José Antonio. — Indemnizado o Estado, como requerem.

Soldado Oribes Carlos de Resende. — De accordo com a informação do commando do 1.º, indeferido.

Soldados Joaquim Clemente Elenuterio, Waldomiro Torres e Abilio Francisco da Silva. — Attendam-se.

Soldado Sebastião Pedro. — Não convem ao serviço a transference pedida.

Soldado Mario Ramos Marinho. — Concedo a dispensa para gosala quando houver oportunidade.

Soldado Dolor Gonçalves de Macedo. — Transfira-se.

Soldado José Brígido de Paula. — Deferido. Faça-se o expediente.

Soldado Benedicto Ferreira da Silva. — Concedo 12 dias, nos termos da informação do commando do 5.º batalhão.

Excluiu-se das fileiras da Força e do 2.º batalhão, expulso nos termos do art. 51, do regulamento vigente, o soldado João Dionisio Barbosa.

Apresentaram-se os primeiros tenentes Manoel Candido Louzada e Elpidio Campos do Amaral.

Foram expedidos 33 officios, tres ordens de serviço e o boletim n. 180.

Serviço para os dias 21 e 22:

Dia 21:

O 1.º batalhão dará as guardas da Prefeitura e do Hospital Militar.

O 5.º batalhão dará o official para a guarda do Palacio e toda a guarnição, menos as guardas da Prefeitura e do H. M.

O Esquadrão de Cavallaria dará o official para a ronda à guarnição e o inferior para seu auxiliar.

A banda de musica do 5.º batalhão fará retreta na Praça da Liberdade.

Dia 22:

O 1.º batalhão dará as guardas da Prefeitura e do Hospital Militar.

e o inferior para auxiliar do official da ronda.

SECRETARIA DA SEGURANÇA E

Em suas memórias, as páginas dedicadas ao Ministério Público mineiro revelam, de forma indelével, as ingerências das ações políticas em uma instituição ainda por se revelar no contexto da evolução institucional e democrática do país.

Aos poucos, Affonso foi-se familiarizando com suas funções, e a narrativa de fatos relacionados com sua atuação como Promotor de Justiça já aponta o afloramento das características do pensamento do homem, do escritor e do jurista eminente, capaz de perceber na conjuntura social do povo da capital mineira a dura sorte das camadas menos favorecidas do povo brasileiro.

A promotoria me punha em contacto com a vida do povo e com as misérias dessa vida. Até então a idéia que eu tinha dos sofrimentos do mundo e das injustiças sociais era colhida nos livros. Idéia irreal e, até certo ponto, estrangeira, pois a literatura que eu lia era de outros países. (FRANCO, 1961, p. 196).

O Promotor de Justiça Affonso Arinos de Melo Franco vivenciou plenamente os diversos aspectos do exercício ministerial. Superada a primeira atuação como curador de menores, dedicou-se aos casos rotineiros e àqueles por ele identificados como “impressionantes, espantosos mesmo” (FRANCO, 1961, p. 197). Procedeu a interrogatórios, ofereceu denúncias, cumpriu o rito de visita aos abrigos de menores e hospitais de interditos. No Tribunal do Júri, onde a estreia na tribuna chegou a ser um acontecimento, atuava com desenvoltura enfrentando as grandes figuras do foro criminal.

Além da Promotoria, seu tempo era dedicado a atividades intelectuais. Escrevia poemas e colaborava na redação do “Diário de Minas”, cujo redator-chefe era seu amigo Carlos Drummond de Andrade. No jornal desfrutava da companhia e amizade de João Alphonsus de Guimaraens. Quanto a isso, diz Pedro Nava:

Promotor em Belo Horizonte, seria logo absorvido pela ‘íclita geração’ de Milton Campos, Gustavo Capanema, Gabriel Passos, Abgar Renault, Carlos Drummond de Andrade, João Alphonsus, Emílio Moura, Martins de Almeida, João Pinheiro Filho, Dario de Magalhães, Ciro dos Anjos, Luís Camilo. (NAVA apud COSTA, 2009, p. 59).

Apesar dos amigos e da vida intelectual que desfrutava na capital mineira, Affonso foi fortalecendo a decisão de voltar para o Rio de Janeiro. Embora soubesse que não era essa a vontade paterna, assim o pedia o seu coração. Em 2 de outubro de 1928, Affonso casa-se com Ana Guilhermina Rodrigues Alves Pereira, neta do Presidente Rodrigues Alves. O casal teve dois filhos e onze netos.

Em 1928, portanto, despediu-se do Ministério Público mineiro e iniciou profícua carreira como parlamentar e homem público.

Affonso Arinos de Melo Franco nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 27 de novembro de 1905, e faleceu na capital do Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1990. Era filho de Afrânio de Melo Franco e de Sylvia Alvim de Melo Franco. Seu avô materno, Cesário Alvim, foi grande político no

Império e na República; o pai foi um dos expoentes da Primeira e da Segunda República, e o irmão Virgílio contribuiu de modo decisivo para a vitória da Revolução de 1930 e do movimento de redemocratização do país em 1945. Seu tio Affonso Arinos (o primeiro da família com este nome) foi mestre do regionalismo brasileiro, e seus filhos Affonso Arinos (o terceiro com este nome) e Francisco Manuel destacam-se na vida pública de nossos dias.

Fez a formação humanística no Colégio Anglo-Mineiro, em Belo Horizonte, e no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Em 1927, diplomou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e, aos vinte e um anos de idade, iniciou a carreira pública como Promotor de Justiça na Comarca de Belo Horizonte, nomeado pelo então Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

Em 1930, publicou seu primeiro livro sobre Direito, *Responsabilidade Criminal das Pessoas Jurídicas*, obra em que incorpora a experiência como Promotor de Justiça em Belo Horizonte. Em 1932, foi designado consultor jurídico da Delegação do Brasil na Conferência Internacional de Desarmamento de Genebra, Suíça. Após estudos realizados em Genebra, ingressou no magistério superior, contratado como professor de História da Civilização Brasileira na extinta Universidade do Distrito Federal, fundada por Anísio Teixeira, onde lecionou nos anos de 1936 e 1937. Em 1933, publicou seu primeiro livro sobre política, *Introdução à Realidade Brasileira*. No ano seguinte, publicou a obra *Preparação ao Nacionalismo* e, em 1936, *O Conceito de Civilização Brasileira*. O ano de

1937 assinalou acentuada atividade intelectual: são dessa data os livros *O Índio Brasileiro* e *a Revolução Francesa: As Origens Brasileiras da Teoria da Bondade Natural; Espelho de Três Faces* (crítica literária) e *Roteiro Lírico de Ouro Preto* (crônica), livro ilustrado por Pedro Nava.

Em 1938, Affonso Arinos ministrou cursos de História Econômica do Brasil na Universidade de Montevidéu e, nesse mesmo ano, publicou *Síntese da História Econômica do Brasil*. Ainda em 1938, foi o relator do painel sobre as “Idéias Políticas da Inconfidência” no Congresso de História promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No ano seguinte, ministrou um curso na Sorbonne, em Paris, sobre cultura brasileira, sob os auspícios do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura. Publicou então três livros: *Idéia e Tempo* (crônicas e crítica literária), *Terra do Brasil* (história) e *Regionalismo e Nacionalismo*. Este último apoia-se em um conceito importante: a ideia de que regionalismo e nacionalismo não são opostos, mas necessários entre si.

Ser regionalista, para Afonso Arinos, é estar imerso em seu ambiente, quer geográfico, quer histórico; é ser cidadão, aquele que participa da vida da cidade. Com isso, dava uma base cultural e teórica para todos estes estudos e escritos sobre Minas Gerais. (COSTA, 2009, p.125).

Em 1940, editou os livros *A Maioridade* e *Prefácio às Cartas Chilenas*, este último uma obra premiada pela Academia Brasileira de Letras. Os livros

seguintes, *Um Soldado do Reino e do Império* (premiada pela Biblioteca do Exército) e *Dirceu e Marília* (teatro), apareceram em 1942.

No final de 1943, junto com o irmão Virgílio de Melo Franco e importantes nomes da intelectualidade liberal de Minas Gerais, participou da redação e foi um dos signatários do “Manifesto dos Mineiros”, carta aberta em defesa da redemocratização do país e pelo fim da ditadura do Estado Novo, comandada pelo Presidente Getúlio Vargas.

Em 1944, voltou a lecionar no exterior, em cursos de literatura na Faculdade de Letras da Universidade de Buenos Aires. Em 1945, participou da fundação da União Democrática Nacional (UDN), partido opositor à política de Getúlio Vargas. Em 1946, foi nomeado professor de História do Brasil do Instituto Rio Branco (curso de preparação para a carreira diplomática do Ministério das Relações Exteriores). Obteve, após concurso, as cátedras de Direito Constitucional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Universidade do Brasil, hoje UFRJ.

Foi eleito Deputado Federal por Minas Gerais em três legislaturas (de 1947 a 1959). Na Câmara dos Deputados, foi membro da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão Mista de Leis Complementares, relator da Comissão Especial constituída para emitir parecer acerca da emenda parlamentarista à Constituição, membro da Comissão de Reforma Administrativa, líder da União Democrática Nacional até 1956, e depois líder do bloco da oposição até 1958, relator da Comissão Especial para emitir parecer sobre a autonomia do Distrito Federal e autor da lei

contra a discriminação racial (Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951). A Lei Affonso Arinos, como ficou conhecida, deu aos negros e pessoas de outras raças garantias de uma ação imediata e efetiva em defesa da não discriminação. O texto foi superado mais tarde, quando o próprio Affonso Arinos incorporou seu conteúdo ao capítulo “Dos Direitos e Garantias Individuais” da Constituição de 1967.

Em 1955, publicou *Um Estadista na República*; em 1956, *Episódios de História Contemporânea* e, em 1957, *Estudos de Direito Constitucional e Pela Liberdade de Imprensa*.

Em 1958, foi eleito Senador pelo antigo Distrito Federal, hoje Estado do Rio de Janeiro. No Senado, foi membro e Presidente da Comissão de Relações Exteriores, membro e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, relator da Comissão Especial sobre a competência do Senado na apreciação dos empréstimos estaduais. Não tendo pleiteado a reeleição, despediu-se do Senado numa série de discursos em torno do projeto da Constituição. A pedido do líder da maioria na Câmara Federal, Deputado Pedro Aleixo, e do líder da maioria no Senado, Senador Daniel Kieger, redigiu o capítulo sobre direitos e garantias individuais, da Constituição de 1967.

Em 1961, ocupou no governo do Presidente Jânio Quadros a pasta das Relações Exteriores, iniciando a fase da chamada política externa independente. Foi o primeiro Chanceler brasileiro a visitar a África, sendo recebido no Senegal pelo Presidente Leopold Senghor (1961). Foi chefe da delegação do Brasil nas Nações Unidas, durante a XVI e

a XVII Assembleia Geral (1961 e 1962). Na categoria de Embaixador Extraordinário, compareceu ao Concílio Vaticano II (1962). Chefiou, em seguida, a delegação brasileira na Conferência do Desarmamento, em Genebra (1963). Pela segunda vez, voltou a exercer o posto de Ministro das Relações Exteriores, no governo parlamentarista do Primeiro-Ministro Francisco Brochado da Rocha (1963).

Foi nomeado, pelo Presidente da República, Presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (denominada “Comissão Affonso Arinos”), criada pelo Decreto nº 91.450, de 1985, que preparou anteprojeto de Constituição. Eleito Senador Federal em 1988, participou, como Presidente da Comissão de Sistematização Constitucional, da Assembleia Nacional Constituinte, que preparou o projeto de Constituição.

Foi membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro do Conselho Federal de Cultura (nomeado em 1967, data de sua criação, e reconduzido em 1973) e professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Foi eleito “Intelectual do Ano” em 1973 (Prêmio Juca Pato, da Sociedade Paulista de Escritores); recebeu o Prêmio Luísa Cláudio de Sousa, do Pen Clube do Brasil, pela sua biografia de Rodrigues Alves, e o Prêmio Jabuti, da Câmara do Livro de São Paulo, por duas vezes, em virtude da publicação de dois dos seus volumes de memórias.



Afonso Arinos de Melo Franco na Assembleia Nacional Constituinte, 1987.

Quinto ocupante da cadeira nº 25 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 23 de janeiro de 1958, na sucessão de José Lins do Rego, e recebido em 19 de julho de 1958 pelo acadêmico Manuel Bandeira. Recebeu os acadêmicos Oscar Dias Corrêa, Otto Lara Resende, Antônio Houaiss e Guimarães Rosa.

A 27 de agosto de 1990, após duas semanas internado, seu coração parou. Affonso Arinos é reverenciado em todo país. Dentre as homenagens que lhe foram prestadas, sobressaem as palavras de Heráclito Salles:

[...] o mais representativamente alteado na paisagem geral do Brasil como José Bonifácio no primeiro Império, Joaquim Nabuco no segundo e Rui Barbosa na primeira República. Tal título cabe a homens raros, como Affonso Arinos, que o levou consigo sem deixar seu sucessor; homens que, além de dotados de faculdades mentais superiores, se transformam, pela destinação misteriosa da vida, e das circunstâncias, na consciência cívica e moral de um povo, sem a preocupação suspeita de se apresentarem como seus guias. (FRANCO, 1961 apud COSTA, 2009, p. 370).

REFERÊNCIAS:

ABREU, Alzira Alves de et al. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro:** Pós – 1930. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

COSTA, Virgílio. **Apresentação de Afonso Arinos.** Brasília: Senado Federal, 2009.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A Alma do Tempo:** memórias (formação e mocidade). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961.

_____. **Estudos e Discursos.** São Paulo: Editora Comercial Ltda., 1961.